



# Reitor: abuso na USP não é generalizado

Zago compareceu à audiência de CPI que apura estupros na instituição e disse que estudantes da Medicina estão sendo ‘criminalizados’

**Luiz Fernando Toledo**

Em audiência da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa que apura violação de direitos humanos em instituições de ensino superior paulistas, o reitor da Universidade de São Paulo (USP), Marco Antonio Zago, afirmou que os estudantes da Faculdade de Medicina estão sendo “criminalizados”. Ele disse também que não se pode generalizar o comportamento dos alunos. A investigação foi aberta após duas estudantes denunciarem casos de estupro em festas na instituição.

Zago admitiu que pode haver

criminosos entre os estudantes. “Eu não tenho dúvida de que devem existir estudantes de Medicina que são criminosos, como existem os que são de Engenharia, como existem políticos que são criminosos, como existem banqueiros que são criminosos. Mas eu tenho a impressão de que não seria saudável nós generalizarmos isso.”

O reitor disse que o papel da universidade é mudar o comportamento desses alunos. “Eu diria que talvez alguns não sejam anjinhos. Mas eu acho que a responsabilidade da universidade, uma vez que estes alunos serão médicos, é tentar mudar esse comportamento.”

Zago afirmou que tem pedido

aos diretores das unidades que reabram sindicâncias de denúncias de violência ocorridas com alunos da USP, em casos considerados “graves”. “Nós queremos passar a limpo esse passado”, disse.

Conforme antecipou o **Estado** em dezembro, ele enviou um documento a todos os diretores pedindo que encaminhassem todos os casos à CPI. A medida é parte de um pacote de ações anunciadas pela reitoria, que inclui a nomeação da Comissão de Direitos Humanos da USP para supervisionar a reabertura dos casos.

O reitor também mencionou um “kit” que será entregue aos calouros na semana de recep-

ção, que traz mensagens contra o trote e lembra que a prática é proibida na instituição.

Advogada e membro do grupo feminista Dandara, Marina Ganzaroli pediu que o reitor incluísse nas medidas um “manual de calouros” feito por alunas para dar orientações às novas estudantes. Marina entregou ao reitor um documento de estudantes que pede mais iluminação no câmpus e a criação de mecanismos mais efetivos de apuração dos casos de abusos.

**Sem punição.** A reportagem apurou que houve pelo menos quatro sindicâncias referentes a abusos sexuais instauradas na universidade desde 2012, mas

nenhuma resultou em punição ou confirmação de estupro. Em um dos casos, de 2012, que até então não havia sido trazido a público, a estudante agredida e sua mãe chegaram a pedir a reabertura do processo, que consideraram parcial e omissivo, o que foi negado.

Um dos episódios mencionados durante a audiência foi o de uma ex-estudante da Escola Su-

perior de Agricultura Luiz de Queiroz, que disse ter sido estuprada por oito alunos em uma república, em 2002. O prefeito do câmpus à época Marcos Vinícius Folegatti esteve na audiência ontem e afirmou que o caso não foi apurado porque a jovem e seus pais não quiseram formalizar a denúncia. Segundo Zago, este será um dos casos que poderão ser apurados.

Após as críticas de uma aluna, que afirmou que a omissão da universidade era uma forma de manter a violência, Zago disse não ser responsável por casos “de dez anos atrás” e reafirmou suas medidas, como a proibição de festas com bebidas alcoólicas no câmpus Butantã.



## NA WEB

Denúncias começaram em novembro de 2014

[estadao.com.br/e/uspestupros](http://estadao.com.br/e/uspestupros)